

Raros os portugueses do tempo que deles tinham informação, mais raros ainda os brasileiros. Hipólito da Costa estava entre as exceções, pelas viagens e permanência no exterior, primeiro, pelas necessidades de sua atividade de jornalista eminentemente político, depois.

As “absurdidades”, como as “calúnias” provinham das críticas que fizera ao decreto de 11 de junho de 1808, evidentemente redigido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, discriminando os portos brasileiros pelos quais se permitia a entrada de mercadorias estrangeiras, completando o ato de janeiro que os abria ao comércio internacional. Esses portos eram os do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, S. Luís e Belém. As mercadorias estrangeiras entradas por qualquer outro eram consideradas contrabando. Hipólito da Costa, na sua crítica, mostrava que isso era “efeito do antigo prejuízo do sistema de monopólio que tem sempre em Portugal feito preferir o interesse de certos indivíduos ao da nação em geral”. A condenação era frontal: “Em outra ocasião falarei mais por extenso destes regulamentos, que estou certo têm a desaprovação geral de todos os homens que têm algum conhecimento de Economia Política e da situação do Brasil. Ora, se assim começava a sua luta, prosseguiria aprofundando o estudo do problema, sempre em obediência à mesma posição, contra o regime de monopólio”⁽¹⁷⁾. Em sucessivas oportunidades, e particularmente na oportunidade em que negociavam, Portugal e Inglaterra, os acordos de 1810, que subordinariam economicamente o Brasil à nação que Strangford representava, voltou ao assunto, referindo-se aos monopólios como “manifestamente injuriosos à prosperidade das nações”, estigmatizando o “mil vezes reprovado sistema de monopólio”, meio “de sufocar a indústria, de destruir o espírito, e de perpetuar os abusos”.

Em 11 de setembro de 1811, o mesmo D. Rodrigo de Sousa Coutinho determinava aos governadores de Portugal a proibição de entrada do jornal de Hipólito da Costa: “O Príncipe Regente Nosso Senhor tem sido servido determinar imediatamente que se proíba nesse Reino e seus domínios a entrada e publicação do periódico intitulado *Correio Brasiliense*, assim como de todos os mais escritos de seu furioso e malévolos autor”.

Universidade de Coimbra, e não sabemos que haja no Reino escolas em que se aprendam”. (*Correio Brasiliense*, págs. 1819, 1 e 84, XXII.) É interessante verificar como, na colônia, José da Silva Lisboa conhecia os problemas de Economia Política, como Azeredo Coutinho e poucos mais. Para assegurar a manutenção do regime de monopólio comercial, que se chocava com o desenvolvimento da economia colonial, era necessário vedar o conhecimento de uma ciência que desvendava a absurdidade, agora verdadeira, daquele regime, face aos interesses da classe dominante colonial, ela mesma.

(17) *Correio Brasiliense*, pág. 423/425, I.